

Resolução Política

Mesa Nacional do Bloco de Esquerda, 4 de fevereiro de 2023

AS LUTAS POPULARES ALTERAM A SITUAÇÃO POLÍTICA

As semanas que se seguirão a esta reunião da Mesa Nacional são o tempo decisivo de uma alteração de fundo na situação política, uma alteração que responsabiliza o Bloco de Esquerda: a entrada em cena da luta popular.

Esta luta desdobra-se já em múltiplos combates - das lutas reivindicativas setoriais previstas ou em curso (professores, médicos, enfermeiros, oficiais de justiça, pessoal de voo), marcadas pela exigência de aumentos salariais que respondam à pressão da inflação e do aumento das taxas de juro, às mobilizações transversais, como as convocadas para 9 de fevereiro pela CGTP, para 25 de fevereiro (manifestação Vida Justa, contra o aumento do custo de vida), para 8 de março (manifestação pelos direitos das mulheres) ou para 1 de abril (pelo direito à habitação).

Este é o momento de colocar no centro da vida social a proteção dos bens comuns, do trabalho e do clima, tal como vem sucedendo em múltiplas partes da Europa, com destaque para a luta contra o custo de vida e a crise energética, no Reino Unido, ou contra a idade da reforma, em França.

1. A maioria absoluta é crise social e instabilidade política

Em 2022, António Costa precipitou eleições em nome de uma promessa de estabilidade política. Um ano depois, a maioria absoluta tornou-se plateia parlamentar de um governo que, em constante convulsão interna, não responde aos problemas que se agravam. No primeiro ano da legislatura, conjugaram-se três elementos: degradação dos padrões éticos na governação, falta de transparência perante o escrutínio e opção pela proteção da elite económica e dos seus ganhos extraordinários em tempo de inflação em detrimento do povo que empobrece.

A sucessão de casos que abalou o governo está longe de se resumir à dimensão judicial. Quando o Primeiro-Ministro decide nomear seu Adjunto um ex-autarca arguido em dois processos, começando por recusar qualquer esclarecimento e terminando obrigado a aceitar a sua demissão, esta é, desde logo, uma questão política. Não é crime nomear para Secretária de Estado uma ex-administradora da TAP, sem que o Ministro das Finanças, que a escolheu, tenha querido tomar conhecimento do prémio milionário que o próprio governo autorizou; não é crime mas é uma flagrante violação de padrões éticos que deveriam nortear a governação. A contratação de outra governante por uma empresa a que antes atribuíra benefícios fiscais é um exemplo da porta-giratória entre o centrão político e as grandes empresas. Estes casos não são “casinhos” nem meros percalços, são antes a marca de uma maioria absoluta que não destoa das anteriores na cultura de arrogância e opacidade.

2. A inflação é a especulação contra os salários

Em 2022, a inflação superou recordes de trinta anos e, em 2023, continua a crescer. As recentes notícias de um ligeiro abrandamento apenas confirmam o prolongamento da perda de poder de compra de salários e pensões. Ainda que a ritmo oscilante, os preços continuam a subir e de forma mais pronunciada nos bens alimentares.

A maioria absoluta insiste na tese de que a atualização de salários e pensões à taxa de inflação agravaria o ciclo inflacionista. Essa tese é desmentida pela realidade: o ciclo inflacionário acontece apesar da compressão da procura; ele é fruto de um movimento especulativo que acelera a transferência para o capital de rendimentos dos trabalhadores, na sua condição de consumidores e de devedores. Este empobrecimento da classe trabalhadora e este aprofundamento da desigualdade social só tem paralelo recente no período da troika. Os lucros dos maiores grupos económicos dispararam, assim como a distribuição de dividendos aos acionistas.

Bem pode o governo dizer-se vítima das sucessivas crises internacionais. Ao recusar controlar preços ou limitar margens de lucro na comercialização dos produtos, opta por proteger os especuladores da energia, das grandes superfícies comerciais ou das telecomunicações, que provocam e beneficiam do aumento do custo de vida. Face a tudo isto, os anúncios triunfantes das taxas de crescimento e de défice apenas comprovam a incapacidade do governo de reconhecer e atender à verdadeira situação de Portugal.

Sem qualquer intenção de reformas progressistas no trabalho e nos serviços públicos, sem sequer um plano para mitigar os impactos do assalto especulativo, a governação da maioria absoluta estagna, é certo, mas embaraça a direita, sem recursos para a divergência no debate sobre a política do governo, cujo fundo partilha. À direita sobra apenas a exploração do descontentamento popular com a catadupa de episódios de opacidade e recusa de escrutínio.

A mais forte oposição tem sido, assim, a do Bloco de Esquerda, que tem exposto a ligação entre a má governação dos casos e o empobrecimento da maioria social. É a partir desta oposição política e da mobilização social que deve afirmar-se no próximo período uma alternativa de esquerda à maioria absoluta.

3. Ao lado dos professores e dos profissionais da educação

Os docentes e todos os profissionais da educação estão em revolta e por boas razões. Redução dos salários em termos reais, bloqueio da progressão na carreira pela imposição de quotas, desrespeito pelo tempo de serviço, precariedade e “casa às costas”, sem sequer compensação pelas despesas de deslocação. A situação não é nova, mas a perda real de salário sob a inflação agudizou o sentimento de revolta.

A deterioração da carreira docente afastou as jovens gerações da profissão e provoca uma corrida às reformas. A falta de professores faz-se já sentir em muitas disciplinas, graus de ensino e zonas do país. Milhares de crianças e jovens estavam já sem aulas antes das greves, por falta de professores. E a situação agrava-se a cada ano.

Em vez de encontrar soluções - contando tempo de serviço integralmente (como já se faz nos Açores e na Madeira), pagando despesas deslocação ou criando incentivos para zonas carenciadas (como acontece com polícias ou médicos), o governo decidiu atacar o direito à greve dos professores e exigir serviços mínimos aos docentes para atividades não docentes

(acolhimento e alimentação de estudantes). Este ataque aos professores não é novo. Já em 2019, António Costa usou os professores para tentar criar uma crise política e precipitar eleições. Com esta manobra, o PS levou o PSD a ceder (mudando o voto e impedindo a contagem integral do tempo de serviço) e quis colocar a opinião pública contra os professores. Hoje a realidade é diferente.

Face à justiça das reivindicações, o governo responde com uma mão cheia de nada (vincular quem já tinha direito à vinculação, para evitar uma multa da União Europeia, e, ainda assim, deixando de fora todos os professores que, tendo o tempo de serviço, este ano não estejam com um horário completo) e com alterações nos concursos de colocação que aumentam o poder discricionário de diretores e autarcas sobre as escolas e os seus trabalhadores. O andamento das negociações aponta para respostas muito parciais e insuficientes e para o prolongamento de uma batalha em que a classe docente se apresenta mobilizada em máximos históricos.

O Bloco mantém a sua posição: contagem integral do tempo de serviço, fim dos bloqueios no quinto e sétimo escalões, vinculação de todos os professores com três anos de contratos, colocação por graduação e pagamento de despesas de deslocação, possibilidade de aproximação à residência, dignificação das carreiras dos assistentes operacionais/administrativos e técnicos especiais de educação.

A luta nas escolas é a mais forte das mobilizações que crescem em diversos setores e por todo o país. São mobilizações por salários, por serviços públicos, pelo direito à habitação. Estas reivindicações, que não encontram resposta à direita, são um amplo campo de contestação à esquerda com que o Bloco está comprometido.

4. A habitação no centro das lutas

A última década ficou marcada pela enorme acumulação de capital e uma acentuada desigualdade social. O mais rico dos mais ricos é-o porque vende produtos aos mais ricos. Outros dos mais ricos disputam uma corrida espacial. Foi a década dos super-ricos que, com tanto capital, açambarcam bens e fazem o seu preço disparar. É o que se passa também na habitação que, nunca como agora, está transformada num veículo de especulação financeira.

O BCE anunciou um novo aumento da taxa de juro de referência, que atinge agora os 3%. Este aumento empurra a economia para a recessão, prejudica o emprego e o salário sem tocar nas primeiras causas da inflação - os estrangulamentos na oferta e especulação. O aumento dos juros tem um efeito direto nos rendimentos das pessoas com contratos de crédito à habitação e que viram as prestações ao banco aumentarem até 50% sem qualquer mecanismo eficaz de proteção.

Em Portugal, o direito fundamental a uma casa está por cumprir. Na última década (2010-2022), os preços das casas em Portugal aumentaram 80% e as rendas subiram 28%. Os residentes no país gastam com a casa uma percentagem brutal dos seus rendimentos, pagando o preço de políticas públicas que promoveram a especulação e o turismo residencial de luxo.

Durante a intervenção da *troika*, a atração de capitais estrangeiros para o imobiliário constituiu uma estratégia para potenciar as receitas fiscais e a rentabilidade do setor. Depois de dismantelar as leis que protegiam o arrendamento, PSD e CDS dedicaram-se a aprofundar as medidas que transformaram Portugal num paraíso para fundos imobiliários, vistos gold, nómadas digitais e residentes não habituais. Esta política produziu os

resultados pretendidos. À medida que os preços dos imóveis dispararam, multiplicaram-se também as entidades a lucrar com a especulação.

Em 2015, quando o PS chegou ao poder, a habitação já era uma bomba-relógio, mas nada impediu o novo governo de manter as leis que promovem a venda de imóveis a capitais estrangeiros. Com o apoio da direita, o ex-ministro Siza Vieira apostou mesmo na criação de novas formas de exploração financeira do imobiliário, com a constituição das SIGI, Sociedades de Investimento e Gestão Imobiliária. Este foi o contexto perfeito para o crescimento do negócio, num período em que a política de juros baixos (e até negativos) empurrava os capitais internacionais para a rentabilidade garantida do imobiliário.

O falhanço do governo em resolver a crise na habitação tem ofuscado a ação de Carlos Moedas sobre a mesma matéria. Parou os Programas de Renda Acessível (incluindo o pilar Público imposto pelo Bloco no último mandato); travou a recuperação dos bairros municipais; os programas para as pessoas em situação de sem abrigo não avançam; e recusa novas restrições ao Alojamento Local. Face à desistência do PS e à inação da restante oposição, tem sido a vereadora e os restantes autarcas do Bloco de Esquerda a exigir o reforço do Programa de Renda Acessível Público, do reforço do programa *Housing First* para pessoas em situação de sem abrigo e recuperação dos bairros municipais. O erros da direita no município da capital - tal como os de Rui Moreira no Porto -, repercutem-se num agravamento da crise imobiliária ao longo das respetivas áreas metropolitanas.

A crise da habitação não é uma singularidade portuguesa, mas o fruto da conjugação entre a liberalização dos mercados de habitação e a política monetária expansionista, à saída de uma crise financeira que reduziu as taxas de rentabilidade do capital financeiro. Em vez de tomarem medidas mitigadoras, os governos portugueses agravaram esta tendência, com políticas de privilégio e desigualdade. Não tinha que ser assim, como demonstram as experiências internacionais que enfrentaram o processo de inflação imobiliária com medidas excepcionais de proteção do direito à habitação.

5. Alterações à lei laboral: algo mais, para manter o mesmo

O Bloco participou no processo de alterações à lei laboral iniciado pelo governo com mais de uma centena de propostas, não desistindo de nada. Reconhecem-se algumas medidas aprovadas com progressos em determinadas matérias. É o caso da reposição do pagamento das compensações por caducidade dos contratos a prazo no valor pré-troika; da proibição da sucessão de contratos a termo; das exigências relativas ao trabalho temporário; das normas sobre outsourcing (proibição de recurso à externalização por empresas que despedem e inclusão dos trabalhadores em outsourcing na contratação coletiva); da presunção de laboralidade com as plataformas digitais; da transparência dos algoritmos; de alguns direitos de parentalidade e dos trabalhadores cuidadores; do fim de discriminações inaceitáveis na lei do serviço doméstico; da inclusão de trabalhadores a recibo verde na contratação coletiva; da clarificação de regras sobre teletrabalho; do direito dos sindicatos intervirem em empresas onde não há sindicalizados; do reforço de alguns instrumentos e poderes da inspeção do trabalho. Várias destas propostas correspondem a normas apresentadas no passado pelo Bloco (por exemplo, relativamente ao outsourcing) ou resultam de propostas do Bloco neste processo de especialidade, que motivaram uma carta aberta do presidente da CIP e porta-voz dos patrões, manifestando a sua indignação.

De entre as propostas do Bloco aprovadas destacam-se as questões do teletrabalho, das plataformas digitais e dos algoritmos e o fim da possibilidade de os trabalhadores abdicarem de direitos no fim dos contratos, sob chantagem patronal. A eficácia de muitas destas

normas vai depender da efetividade da lei, da força da inspeção do trabalho e dos tribunais e da capacidade de intervenção dos sindicatos.

O Bloco mantém a sua agenda de intervenção programática e política no campo do trabalho, não desistindo de uma transformação estrutural das relações de trabalho, que nestas alterações fica por sequer iniciar. Só essa transformação estrutural poderá dar conteúdo e garantias de um trabalho verdadeiramente digno.

6. A Europa alinhada pela escalada belicista na Ucrânia

A destruição da Ucrânia e o sofrimento do povo ucraniano provocados pela brutal invasão russa só vai piorar, não se vendo esforços para travar a guerra. Verifica-se o aprofundamento do alinhamento da União Europeia com a estratégia belicista da administração estadounidense de Joseph Biden. As poucas diligências internacionais em curso, visando negociações e a reversão da criminoso invasão russa de há um ano, são alheias à ação de Bruxelas. No Conselho Europeu, o governo português não tem qualquer iniciativa. A militarização passou a ser assumida como o eixo da política europeia.

Começa a ficar claro, mesmo para os mais cépticos, que os passos necessários e efetivos para conversações de paz só serão dados quando o Complexo Industrial Militar, que parece ser quem define a estratégia do imperialismo, considerar oportuno. Isto exige uma luta acesa dos trabalhadores europeus, em primeiro lugar, tendo também em mente que esta luta contra a guerra se conjuga com a luta contra a ascensão da extrema direita.

O Bloco de Esquerda recusa a pressão da corrente ideológica que não permite outra opinião que não a imposta pelo imperialismo que faz todas as guerras, e toma posição mobilizadora por tréguas imediatas e negociações para a paz.

A Mesa Nacional reitera o conteúdo da sua resolução aprovada em julho de 2022, “A Paz nas Mãos dos Povos”: a UE deve realizar uma viragem no sentido da recusa de alinhamento em disputas entre potências, da rejeição da autoridade da NATO e da adoção de uma nova política de segurança e cooperação que respeite e apoie a realização do direito de todos os povos à autodeterminação.

Qualquer decisão de fornecimento de armamento de longo alcance - e não apenas defensivo - agrava irresponsável e exponencialmente a brutalidade destruidora da guerra, que afetarà, em primeira linha, o povo ucraniano e pode ter consequências devastadoras sobre toda a humanidade.

O Bloco afirma a sua solidariedade com o povo ucraniano e com todos os que, também na Rússia e em todo o mundo, se levantam contra a espiral da guerra. O Bloco reitera o seu apelo à realização de uma Conferência de Paz para a Ucrânia, sob o impulso da ONU e da União Europeia, acompanhada de uma travagem a fundo na atual corrida armamentista.

7. Semear Coesão - Encontro Interior do Avesso

O Bloco realiza no próximo dia 18 de Fevereiro, na Escola Secundária do Fundão, um encontro de discussão e reflexão intitulado “Semear Coesão - Encontro Interior do Avesso”, com a participação de diversas vozes ativas na defesa dos territórios do interior. É uma parceria do site Interior do Avesso, do Bloco de Esquerda, com o Grupo da Esquerda no Parlamento Europeu.

Para combater o despovoamento e o empobrecimento não basta falar de “coesão territorial”, é preciso combater o centralismo e o desinvestimento, alimentado pelos sucessivos governos do PS e da direita, desbloqueando a possibilidade de decidirmos sobre os nossos próprios territórios sob pena de vermos, ano após ano, agravarem-se todas as assimetrias, desequilíbrios e disparidades, particularmente acentuadas em momentos de crise.

8. Primeiro fórum LGBTQI+

O Bloco de Esquerda e o Grupo da Esquerda no Parlamento Europeu organizam o I Fórum LGBTQI+, que se reúne no Porto, a 11 e 12 de fevereiro, sob o lema “O orgulho contra o conservadorismo”. Uma iniciativa aberta que juntará centenas de ativistas.

O movimento LGBTQI+, a par do movimento feminista, tem sido a grande resposta internacional ao crescimento do conservadorismo e da extrema-direita. Esta tendência foi visível na organização das primeiras linhas de resistência à eleição de Trump e Bolsonaro, personificações grotescas do patriarcado, do preconceito sexual e de género.

Ao longo de 20 anos, as marchas do orgulho nunca pararam de crescer, trazendo à rua, todos os anos, dezenas de milhares de pessoas. Para lá do enraizamento no território, nomeadamente em territórios com pouca tradição contestatária, as marchas têm vindo a articular agendas políticas, conjugando a luta pela liberdade com a luta contra as várias formas de opressão e de exploração. São, ao mesmo tempo, cada vez mais políticas e cada vez mais festivas, por fazerem da celebração um protesto e da reivindicação política uma festa, por serem uma afirmação coletiva e um encontro no espaço público.

Neste Fórum LGBTQI+, a participação de centenas de ativistas permitirá reforçar os laços e construir respostas conjuntas aos desafios do movimento. Com plenários, debates, workshops, festa e feira livre, a 11 e 12 de fevereiro, todos os caminhos do arco-íris vão dar ao Porto. A inscrição está aberta, a entrada é livre.